

Plasticidade e resiliência perante os «rochedos» da vida

Maria do Céu Patrão Neves

Professora catedrática de Ética

Jean-Paul Sartre (1905–1980), filósofo francês do século xx que marcou fortemente o pensamento contemporâneo sobretudo pela reflexão acerca da liberdade no seu carácter absoluto, procede, na sua obra maior, *O Ser e o Nada* (1943), a uma invocação tão simples quanto significativa de uma montanha.¹ Este «rochedo» — diria eu já numa narrativa pessoal — pode-se-nos deparar no curso de uma caminhada pelo campo. É um obstáculo? Uma barreira, um limite, uma dificuldade insuperável que me frustra? É um desafio? É um repto, um estímulo, uma oportunidade que me entusiasma? O que é o «rochedo»?

Se pretendemos dar um relaxante passeio pela natureza, o rochedo poder-nos-á obrigar a recuar e até a regressar mais cedo do que gostaríamos e havíamos planeado; se, todavia, queremos fazer exercício físico intenso, o rochedo surgirá

¹ SARTRE, Jean-Paul, *L'être et le néant*, Quarta Parte, Cap. I, «Être et faire : la liberté».

como um incentivo para testar as nossas capacidades. O que é o «rochedo»? Preciso de saber qual a finalidade das minhas acções, qual o meu projecto, para saber o que é o rochedo. Este, em si mesmo, não tem qualquer sentido, não significa nada; o seu significado é-lhe dado pela pessoa que o encara, pela sua liberdade, pelo seu projecto de vida.

A existência do rochedo, na sua realidade física (como facto, facticidade) não é obviamente negada por Sartre; não obstante, a sua significação — afirma — depende da finalidade da pessoa que o encontra (como projecto, liberdade). O que Sartre nega é a possibilidade de os objectos, os eventos, do mundo determinarem o modo como cada um de nós se relaciona com eles, o valor ou a significação que lhes atribuímos, o que depende das intenções, dos desejos, das necessidades também de cada um em que o dado bruto, exterior ao sujeito, é integrado e ganha sentido.²

Talvez a concepção sartriana de liberdade, que converte obstáculos em oportunidades em função do projecto livre de vida da pessoa, esta liberdade individual a partir da qual tudo ganha sentido e as adversidades se definem como tal, possa ser excessiva, como muitos críticos o denunciam. Os factos brutos da vida de cada um podem ser tão diferentes... Uns perderam os pais na infância, outros foram vítimas de violência física ou verbal, também sexual, outros sofreram discriminação, ostracismo ou *bullying*..., e podíamos continuar longamente

² «O homem só encontra obstáculos no domínio da sua liberdade. [...] O que é um obstáculo para mim não o será, com efeito, para outro. Não há obstáculos absolutos; o obstáculo revela-se no seu coeficiente de adversidade através das técnicas livremente inventadas, livremente adquiridas; revela-se em função do valor do fim colocado à liberdade. Este rochedo não será um obstáculo se eu quero, custe o que custar, chegar ao alto da montanha; pelo contrário, desencorajar-me-á se fixei livremente limites ao meu desejo de fazer a escalada projectada. [...] O coeficiente de adversidade de um dado [...] é uma relação esclarecida pela minha liberdade entre o *datum*, que é o rochedo e o *datum* que a minha liberdade tem a ser [...]» (p. 545).

acompanhando o ciclo de vida. A estrutura física e psicológica de cada um também não é uma mesma, idêntica. E existem tantas outras variáveis que ditam uma diferente capacidade da força de vontade, que coarctam a liberdade necessária para redefinir as adversidades. E, todavia, a posição de Sartre não deixa de ser pertinente na afirmação do poder da vontade livre de reconfigurar o sentido do mundo, de recontextualizar os «rochedos» da nossa vida, ainda que tal possa exigir mais ou menos a cada um na sua circunstância singular.

Neste maior esforço a desenvolver poderá ser muito útil contar com um apoio, talvez não apenas de um familiar ou de um amigo que nos dê a mão e nos acompanhe no percurso, mas de alguém que tenha um «mapa» e um «bastão», que tenha conhecimento e prática em encarar «rochedos» ameaçadores. Este profissional poderá ser um psicólogo (*psyché* + *logos* = conhecimento da alma ou dos processos mentais) que, conhecendo os percursos interiores, possa também guiar os percursos exteriores.

O psicólogo é chamado a intervir neste esforço de enfrentar os «rochedos» que nos limitam, tolhem e agredem, na reconstrução de objectivos de vida; ele é aquele que pode ajudar a abrir caminho para que a «alma» se veja a si mesma, apesar dos obstáculos que a perturbam ou turvam a visão. O psicólogo é um facilitador deste processo de autoconhecimento, um assistente ou auxiliador que acompanha o percurso de auto-transformação a ser feito pelo próprio para reconfiguração do seu projeto de vida, numa recontextualização e reformulação da significação dos factos brutos da vida. Não podemos controlar os «rochedos» que se nos deparam, não podemos dominar os factos brutos que nos acontecem; mas podemos decidir acerca do lugar que lhes concedemos nas nossas vidas: paralisamos perante a imponentia do rochedo? Deprimimos perante a sua sombra? Contornamo-lo e seguimos em frente? Enfrentamo-lo e escalamos? O psicólogo, munido de «mapa»

e «bastão», abre caminho; é como que um mediador entre uma identidade presente ou passada, descontinuada e metamorfoseada por um facto bruto, e a identidade que se quer (re)construir.

Ecoa, nesta narrativa metafórica, a ancestral ideia, que remonta à Antiguidade pré-clássica e clássica, da plasticidade do humano como seu traço identitário: o humano é o único ser vivo que tem a capacidade de ser autor de si mesmo, de se moldar, de se adaptar e mesmo de se reinventar. Esta é uma noção que, tendo adquirido diferentes feições ou designações ao longo do tempo, entre as quais a mais abrangente de educação, se perpetuou até ao presente. Designa invariavelmente a possibilidade de formação consciente de si, isto é, racional e voluntária.

A plasticidade, a maleabilidade ou flexibilidade do humano reveste-o de um poder de (re)ajustamento a eventos ou dinâmicas exteriores, de resiliência perante o facto bruto, perante o que lhe acontece para além da sua vontade e do seu controle. A plasticidade permite, e reforça mesmo, a resiliência. Não nos reputamos à noção simplificada e equívoca de «resiliência», que se vem instalando no quotidiano como resistência, como contraposição de uma força a outra força; mas antes ao seu sentido originário, que a psicologia preserva, de capacidade de recuperar, retomar um anterior estado de tranquilidade e de bem-estar. Assim, paralelamente, também a resiliência só é possível dada a plasticidade humana. A plasticidade e a resiliência, mais do que meras propriedades mecânicas dos materiais, terminologicamente importadas para uma descrição do humano, que assim correria o risco de se apresentar como mecanicista, são modos quase imemoriais de expressão do ser humano. São reveladoras da densidade da sua dimensão espiritual, domínio próprio em que o psicólogo intervém quando, devido a «rochedos» ameaçadores no percurso da vida, essa consistência identitária se desagrega, fragmenta, fragiliza.

Ao psicólogo não basta, mas é indispensável, conhecimento científico, rigoroso e permanentemente actualizado, em que fundamenta e por que justifica a orientação das suas intervenções; não basta, mas é indispensável, proficiência técnica, continuamente exercitada, que lhe assiste na opção pelas melhores metodologias que potencializam o sucesso da intervenção dados os fins delineados. Ao psicólogo, na observância da trilogia do bom profissional, tem de assistir igualmente a sensibilidade ética que permite o reconhecimento da singularidade do outro e da unicidade da relação entre ele e o outro. A sensibilidade ética não se ensina, nem se aprende; antes se desperta através da reflexão crítica e da avaliação da acção a partir da bondade dos seus fins, para que se orienta, da rectidão dos seus princípios, que a estruturam, e da integridade dos procedimentos, que a legitimam.

A sensibilidade ética é a capacidade de ser permeável ao outro, de se deixar tocar e de sentir o outro como outro, num equilíbrio feito quer de proximidade, em que ganha expressão o sofrimento do outro, quer de distância, em que se reconhece e respeita a alteridade. É que o «outro» não é um «outro eu», mas apenas um «eu», em si mesmo, e um «outro» para mim. Ou seja, eu não posso ter a pretensão, a arrogância de supor que me posso colocar no lugar dele —como tão frequentemente se exorta—, excepto como abordagem metodológica e provisória para potencializar a melhor compreensão da realidade em causa. Presumir que nos podemos colocar no lugar do outro seria diluir a identidade do outro na nossa, anular a sua autenticidade. Ninguém alguma vez estará no meu lugar, como também eu jamais poderei estar no lugar do outro.

O «rochedo» que no outro projecta uma sombra fria e agreste, ameaçando-o, a mim atrai-me para aquela intensa e revigorante escalada que desejava, cativando-me. E mesmo quando a penumbra projectada pelo «rochedo» me possa vir a atemorizar, a minha condição física e psicológica de escaladora

permite-me furtar à ameaça e alcançar um espaço de conforto, que outros, eventualmente mais frágeis, só alcançam seguindo o «mapa» e tomando o «bastão» do psicólogo. Este tem recursos para ir compreendendo e apoiando o outro, mas sempre com a humildade de saber que o outro (alteridade) é diferente do eu (ipseidade), assim como o seu caminho será diferente também — pressuposto de toda a relação ética.

Eis a razão pela qual neste caminho de recuperação de si ou resiliência a percorrer pelo próprio, e mesmo que acompanhado pelo psicólogo, a orientação ética não se reduz à observância da deontologia dos psicólogos, do conjunto de normas que incide sobre obrigações, responsabilidades e direitos que regulam o seu exercício profissional. Todo o código deontológico dispõe de (1) normas de carácter ético ou moral, que visam assegurar a integridade do profissional, focando-se na acção profissional, e (2) normas de carácter jurídico e administrativo, que visam assegurar a qualidade do exercício da profissão, focando-se na prática ou procedimentos. Ambas convergem no objectivo de credibilizar e prestigiar a profissão e os seus agentes conjuntamente, por um processo de auto-regulação consignado a partir do reconhecimento alargado do valor social da profissão. Trata-se, porém, sempre e apenas de uma autorregulação, isto é, de normativas elaboradas por psicólogos para psicólogos, restringindo-se-lhes, quer na autoria, quer no cumprimento. Fundamental, incontornável e rigorosamente obrigatório para os profissionais, testemunho também da maturidade do desenvolvimento de uma nova profissão, é, não obstante, insuficiente para um relacionamento ético (que não apenas deontológico) com as pessoas com quem o psicólogo estabelece uma relação profissional.

Eis a razão pela qual, a par da deontologia, o psicólogo não pode ignorar a ética aplicada à psicologia, a qual, de âmbito mais abrangente e inclusivo, exprime as necessidades e expectativas da sociedade em relação à actuação do psicólogo. A ética

aplicada consiste na especificação da moral comum a uma actividade profissional particular, focando-se nos requisitos éticos de uma prática que cumpra a função que lhe é socialmente reconhecida, sendo consensual e implicitamente estabelecida por todos os cidadãos afectados por essa mesma actividade. Assim sendo, trata-se de uma hetero-regulação. A ética aplicada é um olhar da alteridade sobre a profissão, um olhar do destinatário do psicólogo sobre o próprio e que este não pode ignorar ou negligenciar sob o risco de desfasamento da sua razão de ser: as necessidades que os cidadãos e a sociedade têm das competências que adquire para ajudar a encarar os «rochedos» da vida.

À luz da ética aplicada, o «outro» muito raramente será um «cliente», como por vezes se insiste designar o destinatário da intervenção psicológica. A criança, que os pais levam ao psicólogo, está ainda numa fase inicial de construção da identidade e terá dificuldade em definir-se, mas nunca se perceberá como «cliente»; o jovem que se dirige ao psicólogo da escola nunca se apresentará como «cliente»; mesmo o adulto que procura apoio psicológico e pagará pela consulta terá a expectativa de uma conversa intimista sem tipificações que o confinem; o idoso que se venha a encontrar perante um psicólogo retrair-se-á se o classificarem como «cliente».

Para além das mais amplas e dignificantes interpretações do estatuto de cliente, as palavras revestem-se de uma indelével conceptualização objectiva, etimológica e historicamente constituída através do seu uso e contextos. Etimologicamente, «cliente» é aquele que paga o acesso a um bem ou serviço, sendo que historicamente estabelece uma relação essencialmente contratualista e comercial com quem providencia esse bem ou serviço. Tratando-se de produtos comercializáveis, a denominação de «cliente» adapta-se-lhe correctamente; tratando-se de profissões de natureza relacional, interpessoais e de interajuda, o termo é equívoco e redutor. A designação homogeneizante

do destinatário da intervenção como «cliente» é anonimizante da singularidade da pessoa e funcionalizante da especificidade da relação, não reflectindo a unicidade de cada indivíduo e objectivando o estatuto e papel de ambos. Remete-nos para um contexto juridicamente definido (na preponderância do Direito) e não humanamente experienciado (em que prevalece a Ética), um contexto estereotipado particularmente desfasado numa relação terapêutica.

Compreende-se que um enquadramento de uma profissão bem delimitado pelas normas deontológicas e bem caracterizado no estatuto de cliente ofereça segurança ao profissional. Esta é uma etapa incontornável para uma profissão em crescimento. O desafio de uma ética aplicada, porém, é outro. É desestabilizar o centramento no profissional, a que a deontologia se atém, e imprimir um deslocamento que privilegia a centralidade do outro, razão de ser da profissão; é extravasar o estrito plano de um automatismo normativo e ousar, com imaginação e criatividade, perscrutar novos caminhos perante «rochedos» ameaçadores.

Os dilemas que o caminhante da vida coloca ao psicólogo não se reduzem ao cumprimento do Direito e da Deontologia, duas obrigações que, em algumas situações, podem entrar em conflito. Os dilemas éticos são os que confrontam o psicólogo, simultaneamente, com a obrigação de actuar para o bem da pessoa e cumprir as normativas deontológicas e jurídicas; que o obrigam, a ele igualmente, a evidenciar a plasticidade e a resiliência que no outro, a quem assiste, toma por favoráveis para enfrentar os «rochedos» da vida em que os dilemas se erguem também. Estes são os verdadeiros dilemas do psicólogo que o obrigam a redesenhar «mapas» e a diversificar «bastões» para que, sem infringir a lei ou violar o código deontológico, trace um percurso ético mais exigente, em que acompanhe a pessoa, aquela pessoa singular e única, que precisa de apoio diferenciado.

Ética Aplicada: Psicologia é uma etapa inicial desta caminhada que vamos fazendo comos profissionais, como cidadãos, como pessoas. Oferece-vos duas partes distintas, mas complementares: uma primeira dedicada a temas transversais à intervenção dos/as psicólogos/as (doravante e ao longo de todo o volume, psicólogos) e uma segunda focada em algumas problemáticas particulares que reputamos de destacada importância na sociedade portuguesa.

«Fundamentos teóricos da prática profissional: princípios éticos estruturantes», da autoria de Miguel Ricou, sublinha a necessidade de a prática de uma profissão ter de ser orientada por princípios éticos estruturantes que se constituem como a base da identidade profissional e são promotores de um exercício profissional de excelência. Esta prática de excelência é uma condição central para fazer face à evolução que a psicologia portuguesa viveu num curto espaço de tempo. A criação da Ordem dos Psicólogos Portugueses, em 2008, marcou a organização da profissão, tendo como um dos seus primeiros contributos precisamente o desenvolvimento e formalização dos princípios éticos dos psicólogos portugueses. Este capítulo pretende apresentar uma descrição compreensiva destes princípios e sublinha a sua importância na prática profissional e na formação dos psicólogos, bem como no seu papel na tomada de decisão ética e profissional. O caminho terá de ser no sentido de promover uma identidade clara e afirmativa da psicologia que possa ser geradora de confiança por parte do público para, deste modo, responder positivamente à importância da psicologia para a sociedade.

Segue-se «A intervenção do psicólogo em múltiplos contextos e sua identidade plural», de Francisco Miranda Rodrigues, que reflecte sobre a intervenção do psicólogo e sua identidade plural, focando cinco pontos: a importância ética e deontológica, salientando a discrepância entre a percepção e a prática efetiva; riscos éticos na prática profissional e a necessidade de

mitigá-los através de formação e supervisão; o papel regulador da Ordem dos Psicólogos na protecção do público e integridade profissional; as implicações práticas na manutenção de padrões éticos para a confiança pública; desafios futuros e direcções para a profissão, incluindo o desenvolvimento contínuo de competências éticas e adaptação a novos padrões profissionais.

Margarida Gaspar de Matos, em «A saúde psicológica como direito humano», destaca a expectativa existente em relação à Lei da Saúde Mental (Lei n.º 35/2023, de 21 julho), que, todavia, mantém o foco na doença mental privilegiando profissionais médicos, e negligenciando os serviços de prevenção e de promoção da saúde psicológica em contextos alargados, bem como factores desenvolvimentais e socioculturais. Neste contexto, considera necessário incentivar os governos a dialogarem com os cientistas e estes a motivarem os governos para que, em conjunto, se venham a implementar políticas públicas consonantes com a evolução dos conhecimentos científicos, proporcionando o benefício destes aos cidadãos.

O texto acerca de «A psicologia nos processos de tomada de decisão: das razões e das emoções», de Tiago Pereira, evidencia como a ciência psicológica tem contribuído para a compreensão dos processos de tomada de decisão, nomeadamente a partir da interacção complexa entre razão e emoção nos indivíduos e entre os indivíduos e o contexto envolvente. Neste capítulo, pretende-se enfatizar a forma como, por um lado, as heurísticas e os vieses cognitivos e, por outro, as dimensões emocionais ou a escassez ou fadiga da decisão influenciam os processos de tomada de decisão. Pretende-se ainda reflectir sobre como o contexto envolvente e a sociedade, nomeadamente o desenvolvimento da tecnologia e dos sistemas de informação e comunicação, podem moldar as decisões das pessoas. Procura-se também alertar para desafios futuros que incluem

os princípios éticos e a necessidade de literacia científica a este nível para potenciar a tomada de decisões que resultem em benefício das pessoas e do bem-comum.

Os temas privilegiados na segunda parte deste volume são bastante diversificados, procurando oferecer ao leitor uma panóplia de reflexões sobre questões sociais contemporâneas em que a intervenção do psicólogo se revela preponderante.

O primeiro tema é a «Ética e decisão clínica na intervenção psicológica», em que David Dias Neto aborda as ligações entre ética e prática clínica na psicologia, destacando a sua importância como parte intrínseca das decisões diárias dos psicólogos. Argumenta que a ética está ligada à procura da «vida boa» e ao respeito pela autonomia e dignidade das pessoas. Além disso, argumenta acerca da influência da realidade social na prática clínica e da responsabilidade dos psicólogos em promover mudanças sociais positivas. Conclui que a ética deve ser sempre considerada na tomada de decisões clínicas.

Ivone Patrão, Cátia Branquinho e Marina Carvalho assinam a reflexão sobre «*Bullying, mobbing* e outros comportamentos agressivos». Este capítulo tem como objectivo abordar as formas agressivas de interacção nas relações interpessoais (sociais e profissionais) no contexto *offline* (*bullying, mobbing*) e *online* (*cyberbullying, trolling, ghosting, benching, haunting*). É apresentada a definição de cada um destes fenómenos, a sua prevalência, os factores associados, a importância da denúncia e os princípios éticos e deontológicos a ter em conta na intervenção psicológica, seja de cariz mais preventivo ou psicoterapêutico (com vítimas, provocadores e testemunhas, em contextos diferenciados).

Segue-se o tema dos «Abusos sexuais: intervenção psicológica com vítimas e agressores», de Ricardo Barroso, Catarina Braz Ferreira e Sofia Silva. Este capítulo destaca a importância da intervenção dos psicólogos na resolução do problema da violência sexual, tanto com as vítimas como com os agressores.

Enfatiza a complexidade ética desta especialidade interventiva, ressaltando a necessidade de responsabilidade profissional, formação especializada e actualizada, empatia e sensibilidade ao lidar com casos delicados, bem como respeito pela autonomia das vítimas e a necessidade de evitar a revitimização. Como elementos de reflexão das particularidades interventivas desta área, são apresentados dois exemplos técnicos que suscitam dilemas éticos complexos. Esta abordagem ética contribui para uma prática psicológica mais responsável e compassiva no confronto com a complexidade inerente à avaliação e intervenção em casos de violência sexual.

«A intervenção psicológica nos comportamentos adictivos», de Luís Fernandes e Marta Pinto, parte do início da formação de psicólogos em Portugal concomitante com a dos primeiros especialistas na prevenção e tratamento das adicções. A intervenção dos psicólogos neste campo deve ser situada em relação ao facto de o chamado «problema da droga» conhecer uma permanente transformação. Num primeiro momento, apresentam uma visão panorâmica dos aspectos mais relevantes desta transformação, de que são exemplo as alterações nas abordagens terapêuticas e nos mecanismos legais de regulação do consumo de substâncias psicoactivas. Num segundo momento, centram-se na intervenção em redução de riscos e minimização de danos, discutindo dilemas que surgem no trabalho diário dos seus profissionais, na interface entre a psicologia comunitária e a intervenção psicológica individual, e em rede com estruturas da saúde e da justiça.

Teresa Medeiros, João Ribeiro e Amélia Martins, em «Ética e Humanidade nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas: a importância do psicólogo» abordam o enorme desafio do envelhecimento com dignidade, particularmente em instituições de acolhimento. Cada pessoa tem a sua própria identidade, a sua história, os seus valores e uma trajectória de vida desenvolvimentista e idiossincrática, factores que não podem ser

omissos na velhice e não podem ser apagados com a entrada numa instituição, sob pena de se recuar a um tempo histórico sem respeito pela dimensão ética e comunitária dos direitos humanos. Existe uma relação intensa entre o espaço exterior e interior, o lugar e a pessoa. É crucial que as organizações de cuidados a pessoas idosas adoptem uma abordagem centrada na relação com a pessoa num enquadramento dos princípios da Humanidade, considerando as necessidades individuais, respeitando a história de vida e a sensobiografia de cada um, promovendo um ambiente que preserve a dignidade e promova o sentido de identidade e pertença, para que as pessoas idosas possam continuar a desenvolver-se enquanto pessoas, nas suas dimensões afectiva, social, cognitiva e espiritual até à morte.

O texto «Assistência psicológica no processo de morrer», de Sílvia Marina e Helena Pereira, foca o papel fundamental do psicólogo no processo de morrer e o profundo sofrimento que envolve no apoio quer à pessoa doente, quer à sua família. O confronto com o fim da vida e o sofrimento podem levar muitos doentes a pensar na antecipação da sua morte. Esta será a decisão mais difícil e complexa na vida de uma pessoa, pelo que a avaliação e apoio psicológico ao doente e à família, a apreciação da decisão e compreensão dos motivadores associados a um pedido desta natureza tornam-se fundamentais.

Mário R. Simões e Leandro S. Almeida reflectem sobre «Avaliação psicológica: deontologia, validade e impacto». Este capítulo analisa respostas de natureza deontológica para problemas representativos identificados na prática profissional da avaliação psicológica. Depois de uma breve exposição sobre a natureza, objectivos e pressupostos da avaliação psicológica, são apresentadas questões e argumentos em torno de temas estruturantes da avaliação psicológica: desenvolvimento, validação, selecção e uso dos testes e outros instrumentos; segurança, acesso a dados e protecção dos materiais dos testes e relatórios psicológicos.

«Privacidade, confidencialidade e consentimento informado: limites e desafios» são valores incontornáveis no domínio da psicologia, e não só. Paula Mesquita, Ana Ribas e Mário J. Silva abordam esta temática no trabalho desenvolvido pelos psicólogos, atendendo à definição de áreas, limites e processos de intervenção baseados na ciência psicológica. Consideram que, desta forma, se inicia uma relação profissional clara e credível em que a confiança entre o profissional e o utente pode ser desenvolvida. O capítulo aborda três campos de intervenção da psicologia: a da justiça, a do contexto escolar e a do recrutamento e selecção no mundo do trabalho.

Isabel Sá e Miguel Ricou incidem sobre as «Relações múltiplas e conflitos de interesse na psicologia», sobre a complexidade dos conflitos de interesse na psicologia, destacando a problemática das relações múltiplas. Pretendem reflectir sobre a forma como os diversos papéis sociais representados por um indivíduo podem gerar conflitos de interesse, com implicações significativas na prática psicológica. O texto começa por explorar a dinâmica entre o psicólogo e o seu «cliente» — um termo controverso, mas adoptado com frequência para fazer referência aos destinatários directos dos serviços psicológicos, enfatizando a sua aplicabilidade em diversos contextos para além da saúde mental. Destaca-se ainda o risco de conflitos de interesse em situações em que o psicólogo mantém ou pretende manter relações múltiplas, mas evitando o comprometimento da objectividade e questões sérias de privacidade. A este propósito, a intervenção psicológica com crianças e suas famílias apresenta desafios adicionais. É discutida a importância do envolvimento da criança no processo de consentimento, adequado ao seu nível de maturidade e compreensão. A privacidade da relação terapêutica com a criança deve ser cuidadosamente gerida, equilibrando o direito à informação dos pais com a necessidade de confidencialidade na relação.

Segue-se uma reflexão sobre a «Investigação em psicologia: métodos e participantes», de Osvaldo Santos, em que o autor apresenta os requisitos éticos que devem orientar a conduta do investigador perante o processo de investigação (competência, integridade, responsabilidade), na relação com os participantes nos estudos (respeito pela dignidade e direitos da pessoa, beneficência e não-maleficência), e com a comunidade científica. Salientam-se desafios éticos em diferentes etapas do processo de investigação, enfatizando a relevância do consentimento informado. Reforça-se ainda a necessidade de fomentar culturas de investigação ética ao longo da carreira formativa dos investigadores, bem como da existência de unidades de integridade científica nos centros de investigação e comissões de ética independentes.

Por fim, em «Novas tecnologias e seu impacto na psicologia: *big data* e inteligência artificial», Miguel Oliveira destaca como as novas tecnologias estão a transformar a sociedade e o campo da psicologia. A influência das tecnologias digitais no cérebro e no comportamento humano é cada vez mais evidente e a relevância de uma abordagem baseada em evidência científica ganha novos significados. A necessidade de gestão de grandes volumes de dados na psicologia enfatiza a necessidade de uma integração ética e equilibrada destas tecnologias para o bem-estar da sociedade e dos indivíduos. Salienta ainda a necessidade de os psicólogos desenvolverem competências digitais relevantes na era da IA, enfatizando a importância da experimentação, da supervisão, da ética e da responsabilidade profissional dos psicólogos na era digital, sem esquecer a importância da protecção da confidencialidade e do papel que os psicólogos deverão ter na promoção da literacia digital.